



## **Patrimônio Cultural - extroversão e diálogos possíveis entre o Museu Catavento e a Jornada do Patrimônio de São Paulo<sup>1</sup>**

*Cauê Donato<sup>2</sup>  
Coordenador de Museologia*

### **Introdução**

O Museu Catavento no ano de 2024 tem como cerne de sua programação e atividades, a “Sociedade”. Eixo temático ligado às ciências humanas e sociais, o “Ano da Sociedade” é pautado pelo diálogo com o Palácio das Indústrias, prédio que comemora seu centenário de inauguração nesse ano.

A Sociedade é uma seção da exposição de longa duração da instituição, mas, também um eixo programático e de pesquisa que abarca diferentes agentes internos, como educadores e seus saberes, módulos expositivos que narram desde as mudanças climáticas até a formação química da matéria ou, ainda, a multiplicidade de conteúdos digitais que pode ser produzido nesse arco de enunciações.

A gestão de um museu em um edifício tombado exige uma abordagem cuidadosa e especializada. As atividades museológicas, como exposições, eventos e programas educativos, devem ser planejadas levando em consideração as limitações e especificidades do espaço físico. Para a equipe do Museu Catavento, o edifício-sede da instituição é seu acervo primeiro, quer dizer, compõe a narrativa museológica, tanto

---

<sup>1</sup> A Jornada do Patrimônio em questão é a promovida pela Prefeitura do Município de São Paulo através da Secretaria Municipal de Cultura e do Departamento do Patrimônio Histórico.

<sup>2</sup> Possui graduação em museologia, pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/2015), pós-graduação em educação patrimonial, pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES/2021) e especialização em docência no ensino superior, pela Faculdade Focus (2023). Tem experiência em processos museológicos, com ênfase em Museologia Social. Foi educador social e arte-educador. Entre 2018 e 2021 integrou a equipe do Programa CBBB Educativo - Arte & Educação (JA.CA - Centro de Arte e Tecnologia) desenvolvendo ações e executando atividades de cunho educativo, museológico e artístico. Atualmente é coordenador de museologia no Museu Catavento (UPPM/SEC) gerindo o Programa de Acervos, a reserva técnica e o Centro de Referência Museu Catavento (CR-MC), além de ser responsável pela integração da instituição no Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP). Foi professor no curso técnico em museologia (Etec Parque da Juventude/CPS), entre 2021 e 2023, ministrando as disciplinas voltadas à Educação Museal e processos de Mediação em Museus. Membro da Rede de Educadores de Museus em São Paulo (REM-SP). Compôs o Conselho Regional de Museologia 4ª Região (COREM 4R).





na exposição de longa duração, com um módulo específico dedicado ao Palácio das Indústrias, quanto em relação ao Programa Educativo, que conta com uma visita mediada focada em construir sentidos e relações entre os públicos e o prédio, ou ainda com as equipes de manutenção predial, arquitetura e acervos, que, em diálogo buscam ações de conservação preventiva e eventuais restauros, quando necessário. Diante disso, pensar a preservação do patrimônio cultural e dialogar com outros agentes patrimoniais na cidade de São Paulo é essencial. No Brasil, a preservação cultural é cada vez mais entendida através de uma abordagem multidisciplinar, que inclui não apenas o cuidado com o patrimônio material e imaterial, mas também uma forte ênfase em sua difusão e educação pública. Eventos como a Jornada do Patrimônio, em São Paulo, se destacam nesse contexto, articulando temas atuais como o deste ano "Patrimônio e Sustentabilidade", para conectar o passado ao presente e futuro, por meio de estratégias que envolvem a sociedade em ações de preservação e consciência patrimonial. Assim, propomos refletir sobre patrimônio cultural e sua extroversão através de eventos que possam potencializar o bem como agente de transformação sociocultural.

### **Premissas Patrimoniais - Ciência do Patrimônio e Educação Patrimonial no Brasil**

A preservação do patrimônio cultural é uma questão central nas políticas culturais contemporâneas, e sua eficácia depende de uma combinação equilibrada entre conservação física e ações de educação patrimonial. A ciência do patrimônio, campo que engloba a teoria e prática da preservação, fornece a base para a compreensão dos valores culturais, históricos e sociais que o patrimônio representa.

Em 2006, o comitê de ciência e tecnologia do parlamento britânico (REINO UNIDO, 2006) propôs um novo termo para denominar um campo científico mais amplo, que inclui e configura uma extensão da Ciência da Conservação: a Ciência do Patrimônio (Heritage Science). Estariam aí contidos todos os aspectos da pesquisa realizada pelos cientistas da conservação, realizada em instituições museais, universidades e institutos de pesquisa, abrangendo não somente os aspectos físicos e materiais que dão suporte à Conservação-





Restauração, mas também o acesso, registro e interpretação do Patrimônio Cultural (GONÇALVES; SOUZA. 2014, p. 90).

O conceito de ciência do patrimônio no Brasil pode ser visto a partir de uma perspectiva que integra aspectos técnicos, sociais, culturais e educacionais. Autores como Nestor Goulart Reis Filho e Aloísio Magalhães contribuíram para o entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social e, portanto, a preservação deve ir além da simples restauração física, englobando também o reconhecimento e a valorização da memória coletiva. Reis Filho (1970), em suas discussões sobre a cidade e o patrimônio, defende que a preservação deve estar atrelada ao uso contemporâneo e à função social dos bens culturais, destacando a importância da educação patrimonial como um instrumento de conscientização e pertencimento.

A educação patrimonial é uma estratégia fundamental para promover o envolvimento da comunidade na preservação do patrimônio cultural. Segundo Arlette Sampaio (2010), essa prática educativa visa a sensibilização e a formação de cidadãos conscientes sobre o valor do patrimônio, promovendo o entendimento de que preservar é cuidar da identidade cultural e do legado para as futuras gerações. Seu conceito e prática ganhou ares institucionais no século XXI com a criação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos - Geduc, em 2004, primeira instância do Iphan voltada para a gestão do campo. Que foi transformada, no ano de 2009, em Coordenação de Educação Patrimonial – Ceduc, vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Nesse contexto o termo é pautado como:

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Florêncio et al, 2014, p. 19)



Assim, a educação patrimonial não é apenas um conjunto de ações didáticas, mas um processo contínuo de construção de conhecimento e consciência crítica, que inclui visitas guiadas, oficinas, exposições, debates e publicações, integrando diversas linguagens e públicos. A vivência do patrimônio através da fruição de públicos, comunidades e grupos sociais é fator decisivo.

Quando não há o envolvimento, reconhecimento ou compreensão da própria sociedade onde encontram-se situados os monumentos, museus ou paisagens culturais, não importa qual seja a pressão ou o apelo internacional, as vantagens econômicas que o turismo traz ou a importância científica do local, pois as ações externas deixam de adquirir significado (FRONER, 2001, p.380).

A ausência de participação ativa da comunidade na gestão e preservação do patrimônio também pode levar à alienação e à percepção de que esses espaços são de responsabilidade exclusiva do poder público ou de elites culturais, reforçando a exclusão social e cultural.

### **Difusão e Participação Pública: A Jornada do Patrimônio**

A Jornada do Patrimônio, realizada anualmente em São Paulo, é um exemplo claro de como a difusão ampla do conhecimento patrimonial pode ser articulada através de eventos que mobilizam diferentes agentes sociais, culturais e institucionais. Inspirada nas Jornadas Europeias do Patrimônio, a iniciativa brasileira tem como objetivo aproximar o cidadão do patrimônio cultural, promovendo um diálogo inclusivo e participativo sobre a importância de sua preservação. Esse movimento está alinhado ao que Choay (2011) conceitua:

Fazendo dos monumentos históricos propriedade por herança, de todo povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional dominante e atribuíam-lhes novos destinos educativos, científicos e práticos. Esta passagem à ação da prática conservatória, bem como o conjunto de disposição e de procedimentos sem





precedentes elaborados para gerir, marcam pela primeira vez, uma intervenção inovadora da França na gênese do monumento histórico e sua preservação (CHOAY. 2011, p.121).

A Jornada do Patrimônio baseia-se na ideia de "patrimônio vivo", que, segundo autores como Françoise Choay (2001), entende o patrimônio não como algo estático ou fossilizado, mas como um elemento dinâmico, que interage com a sociedade contemporânea e contribui para a construção da identidade coletiva. No contexto paulistano, essa visão é ampliada para incluir não apenas os monumentos e edifícios históricos, mas também as práticas culturais, as memórias coletivas e os saberes tradicionais que constituem o tecido cultural da cidade.

A Jornada do Patrimônio é, portanto, um espaço de difusão e educação patrimonial, em que o patrimônio cultural é apresentado de maneira acessível e interativa, promovendo um encontro entre o passado e o presente. O evento busca fomentar uma consciência crítica sobre a importância da preservação cultural e incentivar a participação ativa da comunidade na proteção e valorização do seu próprio patrimônio. Segundo Marisa Mello (2018), esse tipo de ação é fundamental para combater a percepção do patrimônio como algo elitista e distanciado da vida cotidiana da população, promovendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A primeira edição da Jornada do Patrimônio em São Paulo ocorreu em 2015, promovida pela Secretaria Municipal de Cultura, com o intuito de abrir ao público o acesso a uma ampla gama de espaços históricos, culturais e patrimoniais da cidade, muitos dos quais geralmente são pouco conhecidos ou restritos ao acesso cotidiano. Desde então, o evento tem sido realizado anualmente.

Ao longo dos anos, a Jornada do Patrimônio tem se diversificado em termos de programação e ampliado suas abordagens temáticas. Em suas edições, o evento já explorou temas como "Memórias da Cidade", "Lugares de Memória", "Lembranças Paulistanas", "Modos de Habitar". Essas temáticas visam conectar o patrimônio cultural com questões contemporâneas, como o desenvolvimento urbano sustentável,





a inclusão social, e a valorização das memórias de grupos marginalizados, destacando a relevância do patrimônio como um campo de disputa e de representatividade.

Em 2024, a Jornada do Patrimônio trouxe à tona a temática "Patrimônio e Sustentabilidade", refletindo sobre como a preservação dos bens culturais pode contribuir para um futuro mais sustentável. Essa abordagem multidimensional compreende a sustentabilidade não apenas em termos ecológicos, mas também sociais e culturais, incentivando uma reflexão sobre práticas sustentáveis que dialoguem com o passado, presente e futuro. O evento promoveu visitas a edifícios históricos, palestras, oficinas e exposições que discutiram temas como restauro sustentável, reuso adaptativo de construções históricas, e o papel da comunidade na gestão e preservação dos patrimônios locais.

### **Patrimônio e Sustentabilidade: Reflexões a Partir da Jornada de 2024**

O tema "Patrimônio e Sustentabilidade" na Jornada do Patrimônio de 2024 oferece um caso específico para analisar a intersecção entre preservação cultural e desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a sustentabilidade é entendida como um equilíbrio entre preservar o passado e garantir recursos para o futuro. A sustentabilidade na preservação patrimonial envolve práticas que minimizem o impacto ambiental e maximizem o valor social e cultural dos bens preservados.

A integração de ações educativas e de difusão ampla, como na Jornada do Patrimônio, permite que a sociedade entenda o patrimônio não apenas como algo a ser preservado passivamente, mas como um elemento vivo da cultura que pode e deve ser utilizado de maneira consciente. A ideia é criar uma "cultura de sustentabilidade" aplicada ao patrimônio, onde as comunidades sejam protagonistas na preservação, no cuidado e na transmissão de seus valores culturais e históricos. Isso também está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que enfatizam a importância da preservação cultural no desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis.





Esse tipo de prática dialoga diretamente com os conceitos de Carlos Lemos (2007), que defende o restauro sustentável como uma maneira de garantir a longevidade dos edifícios históricos, incorporando novos usos que respondem às demandas contemporâneas sem comprometer seus valores patrimoniais. Podemos pensar o Museu Catavento sob esse prisma, tendo como seu edifício-sede o Palácio das Indústrias, mas ainda nos questionamos sobre a relação museu X território frente a grande dificuldade de capilarização que a instituição tem na comunidade em que está inserida.

### **A Ação Cultural como Estratégia de Inclusão Social - Um Caminho a Seguir?**

A decisão de destinar 60% das propostas de atividades da Jornada do Patrimônio inscritas via Edital de Credenciamento para distritos com altos índices de vulnerabilidade demonstra uma inclinação à inclusão social e a democratização do acesso ao patrimônio cultural. Essa estratégia evidencia uma visão de que a preservação do patrimônio deve ser um processo participativo e inclusivo, onde diferentes comunidades possam não apenas ser beneficiárias, mas também protagonistas na construção e na interpretação de suas histórias e memórias.

A inclusão social através da cultura é baseada na ideia de que o acesso à cultura é um direito fundamental e uma condição para o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, a ação cultural busca democratizar o acesso a bens e atividades culturais, promovendo a participação de grupos que tradicionalmente têm menos oportunidades de usufruir desses direitos. De acordo com Rubim (2010), a cultura tem o poder de romper com barreiras sociais e culturais, oferecendo novas perspectivas de identidade e pertencimento. Esse processo envolve a valorização das culturas locais e das práticas culturais das comunidades, promovendo um reconhecimento de suas identidades e memórias. Isso é particularmente importante em contextos urbanos, onde há uma diversidade de grupos sociais, étnicos e culturais.





Ao pensar São Paulo e sua constituição urbana, bem como a ocupação dos territórios, incluindo a experiência territorial ao qual está inserido o Museu Catavento temos que considerar aspectos históricos.

O Processo de urbanização de São Paulo produziu um modelo urbano sem urbanidade. O resultado disso se traduz na constatação do Ministério das Cidades de que metade da população urbana vive em condições precárias em favelas, cortiços e loteamentos irregulares ou clandestinos. As transformações recentes da indústria, a reestruturação produtiva trouxe para as nossas cidades a convivência de velhos e novos problemas. Além disso, deixou áreas, bem equipadas, vazias, ampliando o processo de expansão urbana conduzindo à dilapidação dos recursos naturais. (SOMEKH, 2015 pág. 91-92)

Logo, nos parece claro que a conexão entre Museu - Território - Comunidade não se constituirá da noite para o dia, exigindo articulação social e ocupação do território por agentes culturais do museu, tecendo potenciais relações e promovendo encontros que podem se tornar orgânicos. A ciência do patrimônio, metodologias da educação patrimonial e a diversidade da programação para pessoas territorializadas no mesmo contexto que a instituições pode ser um caminho para construção de sentidos mútuos. Ao fomentar um diálogo contínuo e inclusivo sobre o valor do patrimônio, essas iniciativas promovem uma cultura de preservação que está intrinsecamente ligada à sustentabilidade, essencial para um futuro culturalmente rico e ambientalmente consciente, questões estritamente ligadas ao Museu Catavento, sua missão e função social como equipamento de Cultura e divulgação científica alocado em um patrimônio cultural tombado.





## Referência Bibliográfica

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, Editora Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

FLORÊNCIO, Sônia. et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014

FRONER, Yacy-Ara. Os domínios da memória. São Paulo: USP. 2001 (tese de doutorado).

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio Cultural, Legislação e Sustentabilidade. In: Anais do IV Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito. Niterói: Ed. PPGSDUFF, 2014. v. 1. p. 119.

GONÇALVES, Willi de Barros; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. O debate contemporâneo sobre as interfaces transdisciplinares de dois campos de conhecimento em consolidação: a Ciência da Sustentabilidade e a Ciência do Patrimônio. In: Pós. Belo Horizonte: ESCOLA DE BELAS ARTES, UFMG, 2014. v. 4, n. 7, p. 84 - 102.

LE MOS, Carlos A. C. Preservação do Patrimônio Arquitetônico: uma introdução ao estudo de proteção e revitalização de bens imóveis. São Paulo: Nobel, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.





RUBIM, José Rubens Lima. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOMEKH, Nadia. PATRIMÔNIO HISTÓRICO, PROJETOS URBANOS E URBANIDADE: O CASO DE SÃO PAULO. IN: Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. Ruben Ryan Gomes de Oliveira. – Fortaleza: Secultfor: IPHAN , 2015.